



ATA DA 13ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU), REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS) NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016.

Compareceram os senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ARNANDO LESSA, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, JOCEVAL RODRIGUES, KIKI BISPO, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS SUÍCA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ e SÍLVIO HUMBERTO. Às 9h05, o cerimonialista dirigiu-se aos presentes no auditório do Centro de Cultura da CMS para anunciar o início da décima terceira audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 396/15, que cria o novo PDDU, com o tema “Habitação”. Informou haver um posto da Ouvidoria da CMS instalado no *foyer* e, em seguida, convidou para compor a Mesa os senhores: vereador Paulo Câmara, presidente da CMS; vereador Arnando Lessa, presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; vereador Léo Prates, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ); vereador Geraldo Júnior; Laila Nazem Mourad, professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador (Ucsal); e Lídia Santana, coordenadora da Comissão Técnica do PDDU. Por fim, questionou se havia algum representante do Conselho da Cidade presente, sendo constatado não haver. Com a palavra, o senhor presidente saudou os membros da Mesa e todos os demais presentes, cuja presença agradeceu. Afirmou que este estava sendo o Plano mais democrático, devido à participação de todos, e lembrou que não houve um projeto do Executivo que não tivesse recebido emenda na Casa. Informou que todas as contribuições recebidas estavam sendo respondidas e, nesse sentido, destacou a novidade das audiências devolutivas. Lembrou ainda a extensão do calendário de audiências e, também, a previsão de oficinas fora da CMS, e registrou que, dia 14 de abril, seria discutido o Título IX do Plano; dia 25, haveria nova audiência devolutiva; dia 16 de maio, seria apresentada a Parte I do Relatório; dia 23, a Parte II; e, dia 30, haveria a apreciação pelo Conselho Municipal. O vereador Geraldo Júnior ressaltou o papel da CMS nas discussões temáticas, a participação e contribuição da população, bem como as audiências devolutivas, afirmando que tudo estava sendo feito com afinco e determinação, visando, acima de tudo, ao crescimento da Cidade, independentemente de posições político-partidárias. Desejou que cada audiência tivesse uma participação ativa de todos, através da apresentação de sugestões e emendas, e que aquilo que fosse importante pudesse ser absorvido, em prol do crescimento de Salvador. O vereador Léo Prates elogiou a condução do vereador Paulo Câmara, comentando notícia de que deputados

reclamam da forma como projetos vêm sendo aprovados na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) e lembrando que, na CMS, 90% dos Projetos saem emendados, com contribuições inclusive da sociedade civil, sendo um grande destaque o Sistema Municipal de Cultura, cujo Projeto chegou prevendo um conselho consultivo que foi transformado em deliberativo, empoderando a participação popular. Disse estarem evoluindo na análise das emendas e destacou a realização da leitura do Relatório de maneira pública, em dois dias, sendo o primeiro sobre o conteúdo, e o segundo, sobre as emendas. Informou que a CCJ já acordara que votaria pela rejeição das emendas apresentadas em Plenário, embora lembrando sua soberania, e comentou sobre o primeiro projeto habitacional do Município, após vinte anos, no Barro Branco, reconhecendo a necessidade de ainda se avançar muito mais. Por fim, indagou sobre a pertinência do Plano quanto ao conteúdo mínimo e agradeceu a todos pela solidariedade. O vereador Arnando Lessa informou a data das oficinas a serem realizadas: 9 de abril, no Subúrbio; 16, em Cajazeiras; e, 25, na ALBA. Ressaltou o esforço para que os debates não se limitassem ao espaço da CMS. Afirmou que Salvador cresceu de maneira desordenada e destacou a importância de se discutir a Habitação de Interesse Social (HIS), lembrando que, além de problemas habitacionais, há problemas correlatos, como a questão dos cemitérios, cada vez mais saturados. Mencionou o nome de alguns movimentos sociais que lutam pela causa habitacional e disse aguardar a contribuição de todos eles. A senhora Lídia Santana considerou o tema em discussão um dos mais importantes, referindo-se ao *deficit* habitacional significativo da Cidade e afirmando que ele tende a se acumular no tempo se não combatido desde já. Disse que o planejamento urbano tem de abordar esse tema em toda a sua extensão, não só no que se refere à construção de novas unidades habitacionais, mas também com relação à inadequação habitacional, que envolve aspectos de deficiências da infraestrutura urbana, regularização fundiária e coabitação. Afirmou que o Capítulo da Habitação é essencial para se ter uma cidade sustentável, mais justa e humana. Desejou que as pessoas compreendessem o que o Capítulo diz e contribuíssem, e afirmou que, sobre o escopo mínimo do Projeto, a análise da equipe técnica era a de que, no conjunto, ele atendia às normas em vigor, podendo algumas questões ser melhoradas. Por fim, considerou que a participação da Plenária vinha sendo muito produtiva e reforçou o desejo de que assim fosse com relação ao tema. A senhora Laila Mourad indagou qual a proposta de cidade contida no PDDU e defendeu a necessidade de se estudarem os problemas do processo de produção da Cidade de Salvador para se propor algo sobre a habitação. Afirmou que existe segregação no uso e ocupação do solo, através da qual a classe dominante exerce um controle do espaço segundo seus interesses, e contradição entre o valor de troca e o valor de uso das habitações, entre outros fatores geradores de conflitos. Opinou que o PDDU deveria enfrentar essas

questões, determinando quem fica com o quê. Exibindo *slides*, mostrou inicialmente as necessidades habitacionais e explicou que um terço da população vive em precariedade, sendo o segundo maior contingente do País nessa condição; disse que há um confinamento da pobreza; exibiu a lista das maiores comunidades, as quais deveriam ser atendidas pelo PDDU; exibiu dados sobre precariedade domiciliar, referentes a adensamento excessivo em cada unidade; explicou a noção de moradia improvisada (sob viadutos, etc.) e de moradia rústica (revestida de papelão, etc.); comentou sobre a pluralidade de famílias conviventes em espaços únicos, como cortiços, sobre o ônus excessivo de aluguéis, sobre adensamento excessivo (três ou mais pessoas por dormitório); e disse haver mais de 106 mil famílias com necessidades habitacionais em Salvador, além de mais de 142 mil na Região Metropolitana. Comentou sobre as previsões, no PDDU, de HIS (para famílias com renda de até R\$ 4.728,00) e de Habitação de Mercado Popular (HMP), criticando o fato de costumeiramente se excluïrem, desse tipo de planejamento, as pessoas com maiores necessidades, e pedindo, quanto a isso, atenção e coerência com a realidade. Em seguida, expôs sobre inadequação de domicílios, apontando fatores como carência de infraestrutura, ausência de unidade sanitária exclusiva e adensamento, e opinando que, para além dos dados oficiais, seria necessário conhecer o impacto dos projetos na comunidade e os conflitos fundiários. Criticou que as HIS, como as do programa *Minha Casa Minha Vida*, fossem instaladas distantes do centro das cidades, e explicou a necessidade de conexão desses locais com o sistema de transporte, em função de trabalho e serviços. Considerou que a Prefeitura pode e deve mudar a mentalidade vigente e combater a especulação imobiliária, reservando locais urbanizados para a instalação de áreas de interesse social. Mostrou mapa sobre as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), apontando insuficiências das previsões a respeito e opinando que elas fossem instaladas em áreas já ocupadas, para se melhorarem as habitações existentes. Questionou o planejamento das ZEIS com relação ao Metrô, em razão de a população ser prejudicada em seu direito ao transporte e outros bens derivados do seu uso. Também mostrou mapa, de 2007, sobre os vazios habitacionais, o qual não foi considerado para o PDDU, e pediu atenção a ele, por indicar terras a serem utilizadas. Pediu a ampliação das ZEIS no Centro, dando o exemplo da Ladeira da Praça, onde existe uma ocupação organizada que poderia ser inserida. Explicou que existem mais de mil e quinhentos imóveis desocupados, alguns em ruínas, que são, em parte, comprados por empresários, em seguida se tornando valorizados – deu o exemplo de um que, comprado por cinco mil reais, veio a valer mais de um milhão. Comentou sobre a Operação Urbana Consorciada (OUC), explicando alguns detalhes e o fato de que seus elementos seriam definidos por lei específica, o que significava que seriam aprovados, com o PDDU, os seus limites, e só posteriormente, o seu conteúdo. Mostrou os três tipos dessa

modalidade de ação, explicando que ela envolveria um montante de terra de proporções inéditas no País, e que as áreas e as populações afetadas equivalem às de uma cidade média. Concluiu considerando que o PDDU era voltado ao ganho do capital; afirmando que a Linha Viva era inadequada e ameaçava diversos direitos, como os de moradia e meio ambiente, promovendo a expulsão de famílias; e definindo o Capítulo (do PDDU) sobre habitação tucano e ameaçador para os moradores. A senhora Lídia Santana disse que não se podia confundir PDDU com Plano Municipal de Habitação, afirmando que aquele dá diretrizes gerais para este, e que a escala deles não é a mesma. Disse ainda que a delimitação das ZEIS pode ser feita por legislação específica e que, no Projeto, aumentou-se sua criação. Sobre a destinação de áreas vazias para atendimento das demandas habitacionais, disse que isso dependia de diversos fatores, como recursos para desapropriação, lembrando que as áreas são de propriedade particular e que a Constituição Federal assegura o direito à propriedade, não podendo o Estado, por decreto, dizer que essas áreas seriam destinadas a HIS, antes de promover a desapropriação. Ainda sobre o assunto, considerou importante se prever um projeto para constituição de um banco de terras e opinou que, sem isso, seria demagogia colocar no Plano uma questão que requer tantas injunções. Lembrou que o Projeto estabelece como ZEIS 3 todos os terrenos não-edificados ou subutilizados que venham a ser notificados, e que, portanto, essa previsão sobre áreas vazias estava contemplada no Plano. Mencionou a redução de 50% no valor da outorga onerosa para as HIS e HMP no entorno da BR-324, ao longo da linha do metrô, explicando que seria interessante que os usos não fossem destinados à habitação na área diretamente envolvida, mas, na área mediata, porque o adensamento populacional aconteceria como atração natural, e que o entorno imediato fosse destinado a usos de maior porte, de apoio à rodovia e à atividade de logística, como foi pensado no Projeto. Observou que a inadequação habitacional também envolve a regularização fundiária e que as variáveis que compõem essa inadequação não são mutuamente excludentes e, portanto, não podem ser somadas, sob pena de ser maximizado o *deficit*. Sobre as OUCs, explicou que a delimitação, no Plano, não é de onde elas seriam feitas, pois legislação própria é quem faria isso, e que PDDU, inclusive, não tem obrigação de definir as poligonais. Ressaltou a importância das OUCs, lembrando se tratarem de um instrumento de política urbana previsto no Estatuto da Cidade, e disse que as críticas sobre elas havidas em outros lugares não impediam que Salvador as realizasse, ressaltando, ainda, a importância do controle social. Contou que a professora Ângela Gordilho elogiou a formulação do Plano anterior quanto ao Capítulo da Habitação, só havendo criticado sua não-implementação a contento, e afirmou que o Plano atual é semelhante ao anterior, com algumas atualizações. Destacou a importância de haver propostas viáveis que venham a ser detalhadas no Plano

Municipal de Habitação e defendeu a necessidade de se ler a questão habitacional com suas interfaces. Sobre a Linha Viva, afirmou que se tratava de uma via expressa, de trânsito rápido e de caráter metropolitano, prevista no Código de Trânsito Brasileiro, e que ninguém reclama disso em outras cidades do Brasil ou do Mundo. Negou que ela fosse exclusiva para veículos particulares, proibindo-se o acesso de transporte coletivo, cujo trânsito explicou que poderia existir em via marginal, e pediu cuidado com algumas afirmações, lembrando existirem legislações que devem ser observadas, como a de licenciamento ambiental. Explicou que ocupação fundiária na Cidade se deu de forma espontânea, por força de vários condicionantes sociais, e lembrou a implantação da Via Expressa Baía de Todos-os-Santos em tecido urbano consolidado, observando que ela não causou comoção social alguma. Ainda sobre a Linha Viva, afirmou que haveria desapropriação, mas o mínimo possível, e lembrou que a Cidade está estrangulada, que a taxa de motorização é crescente e que há uma política nacional que subsidia a venda de automóveis, apesar do discurso paralelo sobre cidade sustentável. Por fim, disse ser preciso uma série de investimentos na mobilidade, especialmente na área do “miolo” de Salvador e no Subúrbio, e pediu que algumas afirmações feitas fossem mais bem ponderadas e balizadas à luz de uma leitura mais cuidadosa do texto do Projeto. O senhor presidente registrou a presença da deputada estadual Maria del Carmen, informou a realização da primeira oficina, no dia 4 de abril, em Brotas, e passou a Presidência ao vereador Arnando Lessa. Após inscrições, a senhora Rita Sabateli protestou diante da realização da audiência logo após um feriado em que muitos haviam viajado e estavam retornando, com o trânsito travado. Em seguida, afirmou que os sem-teto não se enxergam no Plano e que ele estava sendo feito para o consórcio imobiliário. Disse que o parâmetro da HIS é de zero até três salários mínimos, não podendo ser ampliada essa faixa, e criticou que só fossem disponibilizados terrenos distantes para os empreendimentos dos programas sociais. Disse ainda que é função da Prefeitura colocar equipamentos próximos às moradias, e não, do Programa *Minha Casa Minha Vida*, e que o prefeito anunciou que faria creche em Fazenda Grande, na inauguração do residencial no local, há dois anos, mas que, até então, nada fora feito. Sobre as ZEIS, disse saber que houve ampliação, mas querer saber quando elas seriam efetivadas, e, sobre as áreas vazias, disse dependerem de querer político. Destacou a luta dos movimentos de moradia presentes, voltou a dizer que o Plano não os representa e concluiu dizendo que não haveria golpe. O senhor Maelson Cleon complementou dizendo que, quando um projeto habitacional é lançado, ele passa pela aprovação da Prefeitura, e que, portanto, depois de sua implementação, a Prefeitura dizer que não sabia que um novo bairro seria formado constituía, no mínimo, mentira, já que ela deu a aprovação. Sobre a distância dos terrenos, considerou que os habitantes acabariam se tornando feirenses e, sobre a falta de

infraestrutura, observou que os equipamentos já existentes servem aos que já residiam na localidade, mas, não, à população sobreposta, afirmando que o que se faz não pode ser chamado de planejamento, que deveria ser feito antes. Mencionou ocupação que existe, há 13 anos, no Centro Histórico, sem que intervenção alguma fosse feita, e o caso de um supercondomínio em Pernambués que fez erosão em uma encosta, colocando em risco toda a população local. Por fim, disse ver muita conversa, mas, na prática, nenhum planejamento. O senhor presidente pediu observância ao tempo de fala. O senhor Edson Souza pediu atenção a um empreendimento paralisado em Pernambués, cuja estrutura, após a Prefeitura outorgar uma via para o Shopping Bela Vista, tornou-se ameaçadora. O senhor Carlos Antônio, da Associação Pôr do Sol, de Cassange, comentou sobre a ZEIS do lugar, dizendo que um loteamento havia sido “cortado ao meio” e que havia ação civil pública a respeito. Pediu que as ZEIS fossem levadas em conta, que emenda fosse criada para reavaliar o poligonal criado, e que plano urbanístico ambiental fosse inserido no PDDU. Concluiu questionando a organização do evento em razão da não-exibição de mapa requerido por ele. O senhor presidente Arnando Lessa respondeu que cada orador tinha seu tempo organizado e que não havia possibilidade técnica de se atender a um pedido de última hora. O senhor Zilmar Gomes, diretor da Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS), endossou a fala da senhora Rita e criticou o isolamento e os problemas de mobilidade nos empreendimentos do *Minha Casa Minha Vida*, além do mau funcionamento de postos de saúde. A senhora Marli Carrara questionou os critérios de renda previstos para a HIS e a relação dessa previsão com a da HMP, afirmando que, por essa disposição legal, pessoas não-necessitadas poderiam ser beneficiadas. Defendeu a necessidade de controle social e pediu emenda para restaurar a atuação, nesse sentido, do Conselho Municipal. Considerou que a Linha Viva só favoreceria os empreendimentos do Litoral Norte e não desafogaria o trânsito. O senhor presidente explicou que o valor de renda mínima previsto no diploma era o familiar, conjunto, e não o de cada membro da família, a ser somado até montantes maiores. O vereador Everaldo Augusto elogiou a discussão sobre moradia no PDDU. Destacou que a moradia é direito fundamental e está na base da construção dos outros direitos, constituindo-se em um direito social garantido pelo Estado. Frisou que o primeiro e único programa de moradia popular é o *Minha Casa Minha Vida*, e que ele é um dos motivos de quererem tirar Dilma Rousseff da Presidência da República. Destacou que a luta pela moradia deve ser uma prioridade e que este seria o momento de discuti-la. Disse que, no Plano de Moradia de 2008, nada foi feito. Ressaltou que, se o PDDU for concluído sem um prazo definido para a elaboração e regulamentação das ZEIS, nada seria resolvido. Salientou que o PDDU não tem estudos técnicos nem metas, mas que, quando se trata de interesses do capital, sobretudo o

imobiliário, o referido Plano é bem detalhado. Observou que só existem conjuntos habitacionais na Periferia, e sem estrutura como hospitais, creches, farmácias, transportes, etc. Finalizou dizendo que o PDDU em debate está voltado para discutir o capital e que passa bem longe do povo. O senhor presidente convidou para compor a Mesa a senhora Elaine Menezes, representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Defesa Civil (SINDEC). O vereador Léo Prates pediu que os movimentos formassem as propostas por escrito e o senhor presidente observou que críticas eram bem-vindas, mas, também, propostas concretas. O senhor Carl Hauenschield, do movimento Participa Salvador, reiterou que o grande problema do PDDU é a falta de indicação da capacidade de investimento anual em habitação social do Município e de indicadores de qualidade e desigualdade dos bairros. Destacou a necessidade de demonstração das prioridades e a observação de grandes vazios nas novas ZEIS. Destacou que no PDDU há previsão de habitações sociais próximas a estações de metrô, mas que, na verdade, isso é impossível em 60% das áreas. Frisou que não há confiança nos estudos técnicos e no conteúdo mínimo do PDDU e que não adianta se basear em índices genéricos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo. Salientou que outro problema em que não se toca é a habitação de alto padrão comercial, pois, nos últimos cinco anos, gerou-se um estoque de 18 mil imóveis que não foram vendidos e que geraram desemprego nos anos posteriores. Destacou que 12% da população economicamente ativa trabalha na construção civil. O senhor presidente registrou a presença de edis e assessores. O senhor Mozart Estrela ressaltou que os detalhes-chave do PDDU são os prazos e metas. Reconheceu que houve ampliação significativa das ZEIS, mas ressaltou que a comunidade do Cassange não foi ouvida, e que, a pedido dela, foi encaminhada proposta no que se refere à manutenção das características e ao respeito à comunidade rural dessa região. Frisou que, no PDDU, os critérios de renda para os empreendimentos são diferentes daqueles do *Minha Casa Minha Vida*, e que seria bom haver um alinhamento, e observou que acaba por existir uma ampliação do número de beneficiários. Destacou que o PDDU menciona as HIS mas esquece as comunidades de terreiro de candomblé, e que, inclusive, já tem uma emenda a respeito disso. Disse que muitos terreiros não têm regularização fundiária, estando em áreas de risco. O senhor presidente pediu que as faixas alusivas a entidades fossem postas defronte à Mesa, para que pudessem ser filmadas pela TV Câmara, assim sendo registradas as presenças das entidades. O vereador Kiki Bispo observou que esta era uma das audiências públicas mais concorridas e afirmou que a HIS tinha mesmo que ser tratada com especialidade. Externou preocupação com o fato de o crescimento da Cidade acontecer através de empresas privadas ou do *Minha Casa Minha Vida*, e disse que o Jardim das Margaridas não parava de crescer, faltando contrapartida de infraestrutura. Afirmou que a responsabilidade não era só do

Município, mas, também, do Governo do Estado, e mencionou haver loteamentos sem regularização fundiária na Cidade, como em Cajazeiras. Por fim, considerou que a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) precisava ser inserida nessa discussão. Pela ordem, um cidadão sugeriu que primeiro fosse ouvido o povo e, depois, os edis, tendo o senhor presidente explicado que estavam alternando os pronunciamentos entre eles e informado que estava sendo providenciada reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia (SEDUR) e com a CONDER. O senhor Henrique Barreiros sugeriu que a reunião se desse com a CONDER e o Município juntos, e que ela fosse pública. Em seguida, disse que a função social da propriedade e o desestímulo à retenção especulativa do imóvel urbano eram pouco vistos, de forma objetiva, no Plano. Disse que, em 1967, não só em Salvador, mas também em outras três capitais, ocorreu uma maciça venda de imóveis com o objetivo de se privatizarem áreas para viabilizar o mercado imobiliário como mola-mestra de economia empregadora, e privar da educação formal todo um contingente de empregados da construção civil. Explicou que 25 milhões de metros quadrados foram privatizados em Salvador, sendo que 70% deles destinaram-se a cinco glebas. Complementou contando que aquele que comprovasse posse mansa e pacífica de uma gleba, durante o mínimo de três anos, poderia adquirir o terreno pelo valor do lance inicial, e que o que se viu foi uma média de 2,24 cruzeiros, o que fez ser liquidado o estoque de terras do Município. Criticou que o PDDU não contemplasse um coeficiente mínimo de construção que fosse significativo e obrigasse os grandes proprietários de terra a verem a HIS como prioridade, e considerou que o Plano não tinha forma nem conteúdo adequados, pois não impunha prioridades nem limites. Indagou sobre os dois prefeitos que ficaram oito anos no poder na vigência do Estatuto da Cidade, e o que eles fizeram para conseguir terras e criar proximidade, pois não se fazia mobilidade urbana com vias. Disse que os empresários investiriam em uma via expressa para trazer carros para dentro de Salvador e questionou por que fazer isso passando por cima de HIS autoconstruídas. Por fim, disse que o Plano não tinha a forma nem o conteúdo necessários para fazer se cumprir o papel social da propriedade urbana. O senhor presidente disse que o Governo do Estado estava construindo a Linha 2 do Metrô e qualquer morador de Lauro de Freitas conseguiria chegar em Salvador sem carro e de maneira confortável. Quanto à renda mínima familiar, explicou fazer parte do Plano Nacional da Habitação. O senhor José Luiz lembrou que o dinheiro do Governo é do povo e disse que corrupção é crime hediondo, que o País precisa ser passado a limpo, que as pessoas que estão nas ruas precisavam de apoio e que, para não haver golpe, era preciso que devolvessem o dinheiro tomado. Disse ainda que sua palavra foi cassada na audiência anterior e lembrou pedido sobre o estádio de Periperi, dizendo que nenhum edil respondeu a respeito. Observou

que, em época de eleição, todos prometem, e questionou sobre o depois. Questionou também por que vereador vinha falar na audiência, dizendo que a hora era do povo, e mencionou o filme *O Nome da Rosa*, dizendo que o povo aceita o que oferecem e que a classe política deveria ter vergonha. Lembrou a independência dos Poderes e indagou por que não foi pedido, na audiência anterior, que a senhora Joelice respondesse a sua pergunta, afirmando que educação é a base. Concluiu dizendo que é preciso pôs os políticos na linha e que aceitar miséria é burrice, afirmando que o Brasil não é um País pobre. O senhor Fernando Romão lamentou não ter trazido a bandeira de seu movimento, o que disse ter acontecido em função de proibição anterior. Considerou a habitação sem a devida atenção no PDDU e comparou a Linha Viva ao empreendimento Alphaville, por pender de aprovação posterior. Lamentou a retirada dos moradores de terreno da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e destacou o *Minha Casa Minha Vida*, ressaltando dificuldades com relação a transportes. O vereador Léo Prates informou audiência sobre o estádio de Periperi e pediu que os falantes se ativessem ao Projeto do PDDU, para que se alcançassem resultados mais objetivos. O senhor presidente disse ao senhor Romão que nunca tinha havido proibição para faixas, exceto quanto às de teor agressivo. A senhora Flora elogiou a participação dos que atuam pela habitação e defendeu que as moradias tivessem dignidade e saneamento. Lamentou o fato de as habitações do *Minha Casa Minha Vida* e os espaços vazios serem distantes e alertou que, se mal conduzido, um programa de habitação pode gerar improbidade administrativa. Disse que 40% dos empreendimentos da Cidade encontram-se abandonados, o que entendeu como sinal de que as construtoras são privilegiadas, pois sempre têm a oportunidade de construir. Discordou de que o programa *Minha Casa Minha Vida* tivesse meta de incentivo a esse segmento econômico, para o qual sugeriu que, contrariamente, tivesse o crescimento atrelado à prioridade de se criarem moradias populares. Lamentou que o tráfico de drogas estivesse absorvendo os dirigentes de condomínios do programa e criticou a ideia de “empurrar” todos para o Cassange, que explicou ser área rural e de valor ambiental. Concluiu sugerindo a revitalização de favelas. O senhor Chicão criticou a saída de vereadores da Mesa e disse ver responsabilidade da Prefeitura com relação ao *Minha Casa Minha Vida*, no tocante à construção de equipamentos de infraestrutura, saúde e educação para que as famílias possam viver. Lamentou a invasão de terrenos por ricos e disse que serviços em encostas e obras do Metrô já foram usados, pela Prefeitura, para práticas corruptas. Disse ainda que a atuação pública na Periferia era superficial e descompromissada e criticou os oito dias de festa pelo aniversário da Cidade. Comentou a situação de praça em Canabrava, que teve obras suspensas pela falência da empresa responsável, a qual reapareceu em nova licitação. Pediu a atenção de todos os vereadores e criticou os que tentavam associar sua imagem à realização do *Minha*

Casa Minha Vida, que explicou ser fruto da luta dos movimentos sociais. Disse rejeitar o modo de se venderem os imóveis do Centro Histórico, que implica a expulsão das famílias, e contou sobre audiência pública, realizada em dezembro, sobre requalificação do Centro Antigo. O senhor presidente citou nomes de vários vereadores que vinham tendo assiduidade nas audiências, o que considerou uma obrigação dos edis. O senhor João Pereira destacou que o ponto de partida da discussão do PDDU deveria ser as inúmeras famílias de sem-teto (aproximadamente 120 mil famílias) e considerou reduzida a cota de solidariedade e ampliação das rede. Disse que a existência de famílias com rendas mais generosas não dá direito à diminuição da ventilação da cidade, à invasão de áreas verdes, à superlotação nas suas condições de esgotamento sanitário e mobilidade urbana. Frisou que o PDDU tem índices baixíssimos de aproveitamento, e que é preciso escolher entre a inclusão de vários segmentos da sociedade ou um mero documento protocolar para atender a determinados grupos. A vereadora Aladilce Souza saudou a todos e asseverou que um dos objetivos do PDDU e do Estatuto da Cidade é reduzir a desigualdade, atendendo os direitos à moradia, educação e saúde, entre outros. Afirmou que o Projeto de Lei em tramitação na Casa não tem condições de atingir esse objetivo. Falou que é preciso a obtenção, realmente, do diagnóstico das condições de moradia na cidade. Acrescentou que é preciso afastar a ideia de que os pobres têm de ficar distantes. Disse ainda que a Câmara Municipal de Salvador tem o mesmo poder que o Executivo; que uma ou outra emenda nada iria resolver; e que a Câmara poderia modificar tudo, nem que, para isso, precisasse adiar a conclusão do PDDU para o próximo ano. Salientou que a Cidade precisava cumprir a sua função social em todas as áreas e que a Prefeitura já estava realizando audiências públicas da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS,) enquanto o PDDU estava sendo discutido e sofrendo modificações, sendo que um dependia do outro, e sugeriu que as referidas audiências fossem suspensas. O senhor presidente se associou e sugeriu que o assunto fosse levado ao Colégio de Líderes. O vereador Léo Prates voltou a destacar a realização de audiências devolutivas e a leitura do Relatório com apresentação das emendas nos dias 16 e 23 de maio. Afirmou que sempre há o que se evoluir, mas ponderou que esse tem sido o processo mais democrático da Cidade e do Estado. Mencionou o juízo de admissibilidade e disse que tudo seria levado em consideração. A senhora Elaine Menezes desculpou-se pelo atraso, explicando que substituíra o secretário, que era quem viria, e que trabalha com o programa *Minha Casa Minha Vida*, e muito próxima de diversos movimentos sociais. Disse que o PDDU, com os corredores de transporte, beneficiaria os maiores empreendimentos do *Minha Casa Minha Vida*, como Bromélias, Ceasa e Coração de Maria. Acrescentou que 35% das unidades habitacionais foram concedidas a pessoas de assentamentos do movimento dos sem-teto e que o programa

foi criado em 2009, tendo problemas essenciais logo no início, como a falta de equipamentos, os quais estavam sendo enfrentados e resolvidos. Destacou que, hoje, os empreendimentos só são contratados conjuntamente com os equipamentos. Explicou que Coração de Maria está em uma fase de transição; que a Prefeitura iria disponibilizar transporte escolar para as crianças; que o atendimento de saúde será feito em *vans*, temporariamente; e que foi criada uma linha específica de transporte para o local. Lembrou que, atualmente, está aberto formulário de cadastramento para pessoas não-contempladas no programa, pois foram mudados, pelo Ministério das Cidades, alguns critérios, como os referentes a população em situação de rua em processo de readaptação na sociedade, famílias com crianças menores de 18 anos ou com pessoas com doenças crônicas. Disse que todos esses critérios teriam que ser comprovados no momento do sorteio, caso contrário a pessoa fica afastada por dois anos do cadastro. A senhora Laila Mourad considerou que o conjunto dos movimentos sociais e moradores deixaram muito claro o que é preciso mudar no Plano e que o Projeto, do jeito que está, não enfrenta o problema da habitação na Cidade. Lembrou que terra é um recurso limitado e que, portanto, saber definir uso e ocupação do solo é fundamental. Afirmou que produção de casa não é produção de cidade e que é preciso enfrentar a especulação imobiliária e ter direito à habitação na macrozona urbana consolidada, não desconsiderando patrimônio urbano edificado em favor da produção de novas edificações em fronteiras onde não se tem equipamento. Afirmou ainda que a população tem direito à HIS na linha do Metrô, não devendo essa área ser destinada apenas a grandes empreendimentos e função comercial, e defendeu a diversidade social e de uso, e dizendo que direito à cidade é isso. O senhor presidente disse que a Linha 2 do metrô contempla alguns bairros de ZEIS e que o Metrô foi pensado em função de inclusão. A senhora Laila Mourad continuou dizendo que algumas crianças questionam o que será de suas vidas com a Linha Viva e por que querem lhes tirar suas casas, e indagou se carro é mais importante que habitação. Por fim, considerou que o Plano é classista e nada diz para essas famílias. O senhor presidente avaliou que morar debaixo de linha de alta tensão não é um indicativo de boa moradia e que, independente da Linha Viva, é preciso se pensar uma política de remoção dessas famílias, afirmando que isso só seria compreendido quando houvesse um acidente grave. Disse conhecer as ocupações e concordar que a Linha Viva não pode ser excludente, e destacou que o Metrô é inclusivo quanto a diversas classes. O senhor Henrique Barreiros observou que o modal ferroviário foi pensado justamente para não se trazer mais carros para a Cidade. A senhora Lídia Santana, a respeito da proposta de emenda para reavaliação das poligonais das ZEIS, disse que elas deveriam ser revistas nas leis específicas de cada ZEIS; sobre o Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, disse que a Comissão Técnica avaliou a proposta de emenda

como positiva, mas que havia controvérsias, já apresentadas nos debates, que também deveriam ser avaliadas; disse que o percentual de construção de HMP em relação ao percentual de HIS está no Projeto, sendo permitido, nas ZEIS, que se façam 20% de HMP; disse que a Linha Viva e suas conexões estão no Mapa 5 e que os terreiros de candomblé não são ZEIS por definição, mas, áreas de proteção cultural e paisagística, não sendo esse motivo, porém, impeditivo para que houvesse sua regularização fundiária; disse que há, no Projeto, artigo sobre a regularização de empreendimentos estatais públicos; e concluiu dizendo que o estádio de Periperi não pode ser ZEIS, mas que estavam estudando uma alternativa para atender à demanda da comunidade. O senhor presidente observou ter sido esta uma das audiências mais participativas e afirmou que a presença não tinha tanta relação com o dia de realização da audiência, mas, com motivação. Foi lida a súmula da Ata da audiência pública anterior, realizada em 21 de março de 2016. Não havendo retificações a serem feitas, o senhor José Luiz parabenizou os responsáveis pela elaboração da Ata, e o senhor Henrique Barreiros disse discordar de não ter havido tanta discussão de outro Projeto, já que os temas do PDDU foram descolados, havendo apenas uma discussão de cada tema. O senhor presidente agradeceu a todos os presentes, registrou datas de algumas oficinas e audiências (4 de abril, em Brotas; 7, devolutiva; 8, na ALBA; 9, no Subúrbio Ferroviário; e, 16, em Cajazeiras), e disse que estavam esperando confirmação da Universidade, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA) e do Sindicato das Indústrias. Explicou que todas as oficinas deveriam ser realizadas até 24 de abril e informou que a próxima audiência seria realizada no dia 28 de março. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, e nós, Cyro Serpa, Fernanda Fontainha e Jaqueline Carneiro, que secretariamos, lavramos esta Ata, que será assinada pelo presidente da Casa e pelos presidentes da CCJ; Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização; e Comissão Especial do PDDU.

Presidente da Câmara Municipal de Salvador

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização

Presidente da Comissão Especial do PDDU